



(Proc. nº 15.545)

LEI Nº 2.793, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1985

Altera o art. 5º da Lei 2.669/83, para assegurar as vantagens de direção e supervisão de escola municipal de educação infantil na aposentadoria do servidor que as exerceu.

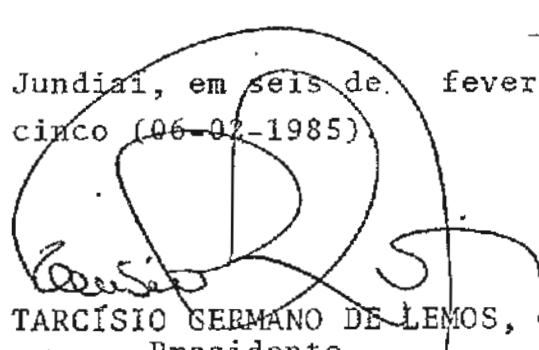
A CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, decretou e eu, TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS, na qualidade de seu Presidente, nos termos dos §§ 3º e 5º do art. 30, do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969, PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei 2.669, de 22 de novembro de 1983, passa a vigorar acrescido deste § 1º, convertido em § 2º o atual parágrafo único:


"§ 1º Ao servidor que tenha exercido, a qualquer título, a função de Diretor ou Supervisor de Escola Municipal de Educação Infantil, anteriormente Escola de Prê-Ensino Básico Municipal, durante período de 5 (cinco) anos, no mínimo, contados até a data da publicação desta lei, serão asseguradas as vantagens relativas a essa função, para efeito de aposentadoria."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Jundiaí, em seis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco (06-02-1985)


TARCÍSIO GERMANO DE LEMOS,
Presidente.

Registrada e publicada na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiaí, em seis de fevereiro de mil novecentos e oitenta e cinco (06-02-1985).


Dr. ARCHIPPO FRONZAGLIA JÚNIOR,
Diretor Legislativo.